

O FANTASMA DE PROCUSTO, DO SÉCULO XIX AOS DIAS ATUAIS: O FIO CONDUTOR DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

PROCUSTO'S PHANTOM, FROM THE 19th CENTURY TO PRESENT DAYS: THE HISTORY FOUNDATION OF SPECIAL PEOPLE'S EDUCATION IN THE BRAZIL

Marcia Torres Neri Soares¹

RESUMO

O presente artigo é resultado das discussões fomentadas no decorrer da disciplina Educação Brasileira do Mestrado em Educação/UFPB, no semestre 2008.1, e tem por objetivo apresentar fatos do processo histórico subjacentes à educação de pessoas com deficiência, no contexto brasileiro, desde o século XIX até os dias atuais. Pretende-se, neste texto, refletir sobre o lugar ocupado pelas pessoas com deficiência em diferentes períodos históricos e principalmente na atualidade, inquirindo-se sobre as mudanças no olhar destinado a essas pessoas e como a escola tem se organizado para recebê-las e, assim, contribuir para as discussões atuais acerca da Educação Inclusiva.

Palavras-chave: Educação Brasileira. Deficiência. Inclusão.

INTRODUÇÃO

Conta a mitologia grega que havia um malfeitor que morava numa floresta e se chamava Procusto. Este personagem, muito cruel, mandou fazer uma cama que tinha exatamente as medidas do seu próprio corpo, nem um milímetro a mais, nem a menos. Quando capturava uma pessoa na estrada, ele a amarrava na cama. Se a pessoa fosse maior do que a medida da cama, ele cortava fora o que sobrava. Se fosse menor, ele a esticava até caber naquela medida. Procusto foi morto pelo herói Teseu, o mesmo que, depois, matou o Minotauro.

Através dessa ilustração da mitologia grega, como uma das possibilidades de entender a temática ora apresentada, constatamos as dificuldades que encontramos na forma de perceber o outro do ponto de vista social e histórico. Esse mito representa a intolerância diante do outro. Pode-se afirmar que o “espírito de Procusto” esteve presente em várias etapas da história da humanidade e, por vezes, circunda os olhares e atitudes dirigidas às pessoas com deficiência na atualidade.

Um olhar atento à história da educação brasileira nos permite questionar qual o lugar destinado a essas pessoas, desde os tempos do Brasil Colônia até os nossos dias. Objetivando desvelar a trajetória, caminhos percorridos por pessoas com deficiência em nosso país e ponderar sobre as contribuições da educação na constituição do seu lugar,

¹ Pedagoga, doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora da Universidade do Estado da Bahia, DCHT Campus XXI – Ipiaú. E-mail: marcyanery@ig.com.br

pretende-se, neste artigo, trazer a temática ao cerne do debate, numa tentativa de, contrariamente aos modelos excludentes que ocultaram desejos, gestos, vozes e vidas de pessoas com deficiência, evidenciar um espaço destinado ao conhecimento de suas marcas histórico-educacionais.

Sabe-se que no decurso da constituição da educação brasileira, muitas foram as contribuições de diferentes autores, perspectivas de estudo voltadas a entender e descrever seus principais acontecimentos históricos, econômicos, políticos e socioculturais. Nessa construção, através de diversos estilos de escrita, os fatos que marcaram a educação do Brasil foram comentados e aprofundados sob o prisma sempre necessário do registro de informações que caracterizam épocas, momentos históricos, trajetórias de pesquisa, os quais se pretende, neste artigo, resgatar, sob o ponto de vista de que sirvam para nortear o desafio de apresentar o lugar ocupado por pessoas com deficiência em todo este movimento.

Ressalta-se que os autores, protagonistas da educação brasileira aqui elencados, ora como partícipes dessa história, ora como os receptores e críticos do processo decorrente desta, bem como suas contribuições citadas, foram discutidas no decorrer da disciplina Educação Brasileira, ministrada no Curso de Mestrado em Educação da UFPB, pelos professores Charliton Machado e Mauricéia Ananias, no período equivalente ao semestre 2008.1. Tal disciplina teve como objetivo geral comparar as diversas contribuições do pensamento educacional brasileiro dos séculos XIX e XX.

Destaca-se, ainda, que as contribuições aqui citadas não sintetizam a gama das discussões provocadas pela ementa², já que não serão aprofundadas, apenas serão situadas algumas daquelas que foram estudadas, sendo o foco principal, desse estudo, entrelaçá-las com informações sobre a educação brasileira reservada às pessoas com deficiência desde o século XIX até os dias atuais. Nesse sentido, parte-se da bibliografia específica desta temática para, a partir dela, refletir sobre as suas implicações nas atuais medidas acerca da inclusão de pessoas com deficiência.

Entende-se que nos dias atuais a inclusão tem feito parte da agenda do dia de nossa educação, enfatizando um debate em que questões de gênero, etnia, opções de sexualidade, deficiência, entre outros, remetem-nos ao tão propagado discurso acerca do respeito às diferenças e às condições de vida destas pessoas. Nesse contexto, não raros são os clamores a favor da escola inclusiva e, mais especificamente, no tocante às

² Correntes de pensamento educacional e contribuições de pensadores brasileiros.

pessoas com deficiência. Todavia, reconhece-se a existência de políticas públicas em prol da inclusão dessas pessoas em contextos sócio-educacionais, antes, negados à sua participação.

Mas, afinal quais fatos históricos contribuíram para que essas discussões estivessem tão em voga no contexto educacional atual? Até que ponto poder-se-ia inquirir que o fantasma de Procusto circunda a realidade educacional brasileira até o presente momento? Nas diferentes formas de abordar a temática, pretende-se aqui refletir sobre essas questões e sobre a educação destinada às pessoas com deficiência no Brasil para o entendimento dos novos referenciais de mudança na educação brasileira e mundial.

CONTRIBUIÇÕES DE ALGUNS DOS AUTORES DOS SÉCULOS XIX E XX NA CONSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA... MAS, E A EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?

Numa grande tentativa de entender o Brasil, importantes autores, a exemplo dos citados por Sena (2003) em *Interpretações Dualistas do Brasil*, enfatizaram questões como, por exemplo, a dependência e o atraso, que segundo a ótica da autora demonstram o quanto o pensamento brasileiro foi interpretado a partir do dualismo.

Nessa perspectiva de entendimento do nosso país e em referência aos acontecimentos e ao pensamento que analisa os rumos da república brasileira, Bomfim (1993) externa o seu otimismo sobre o papel da educação no desenvolvimento do país contestando o modelo republicano e o atraso na concepção política. Na riqueza de detalhes visualizada ante as descrições de Bomfim sobre a formação do povo brasileiro, encontramos em seu relato acerca dos males do parasitismo da metrópole portuguesa imputado a nossa colônia, bem como das formas de domínio aos índios e escravos, tal como pode ser ilustrado a seguir:

O índio foi vencido, mas não se submeteu nunca; recuava, internava-se sempre revel, sempre intratável. E, recuando, lutava sempre; perfidamente; respondeu ao massacre com represálias. [...] Quando o apanhavam, tratavam-no mais desapiadadamente que trataram depois ao negro. (BOMFIM, 1993, p. 148)

O autor segue descrevendo as atrocidades, relatando que eram “[...] presos por cordas pelo pescoço e, ainda, carregados de fardos. Se algum adoecia ou cansava, para se pouparem ao trabalho de desatá-lo, cortavam-lhe o pescoço” (BOMFIM, 1993, p.148). Diante dessas e de outras tantas constatações exemplificadas pelo autor e apesar da

escassez de informações referentes às pessoas com deficiência, sobretudo, nos primeiros séculos de nossa história, é possível encontrar relatos de exclusão:

Em muitos relatos de historiadores e antropólogos, estão registradas várias práticas de exclusão entre os índios. Quando nascia uma criança com deformidades físicas eram imediatamente rejeitadas, acreditando-se que trariam maldição para a tribo, ou coisas de natureza. Uma das formas de se livrar delas era abandonar os recém-nascidos nas matas, ou atirá-las de montanhas e nas mais radicais atitudes, até sacrificá-las em chamados rituais de purificação. (FIGUEIRA, 2008, p.22)

Analisados numa perspectiva ampla, tais relatos demonstram que, ao longo da história, o ser humano buscou e busca diferentes explicações para entender as pessoas com deficiência decorrendo desses entendimentos atitudes e vivências ancoradas no imaginário coletivo, presente em seus costumes e cultura. Assim, o modo como as minorias são concebidas reflete o seu nível de desenvolvimento e grau de cultura, “[...] sua concepção fundamental da natureza e valor do homem, seus pressupostos básicos sobre suas obrigações de fato e de direito para com o cidadão [...]” (FERREIRA E GUIMARÃES, 2003, p.50).

Os relatos aqui apresentados tiveram o objetivo de refletir sobre o fato de que vítimas de maus tratos e de mutilações no corpo, vários índios e negros tornaram-se deficientes físicos numa sociedade na qual o vigor destas pessoas era a mão de obra, a força motriz de sustentação da grande metrópole e, nesse sentido, passavam a ser totalmente desnecessários ao modelo econômico social da época.

Vale ressaltar que, até então, não havia indícios de medicina no Brasil e que muitas destas práticas se moviam pelas crenças, superstições e mitos. Mas, apesar de relatada a existência de pessoas com deficiência, como pudemos aqui vislumbrar, ainda não era possível identificar sinais de uma educação voltada para essas pessoas.

Contudo, é ainda no Reinado de João V que se encontram relatos de que Manuel de Andrade de Figueiredo, excelente calígrafo português, professor, conhecedor da pedagogia, tentou sistematizar uma Educação Especial no período jesuítico (1549-1759) no Brasil, através de seus conselhos acerca dos recursos pedagógicos mais oportunos, referentes às pessoas com deficiência intelectual, voltados para princípios como:

Dever-se-ia respeitar a situação da criança, estimulando-a não pelas punições, mas, ministrando os conteúdos da lição segundo a capacidade dos talentos, sendo o sistema nervoso estimulado pelo exercício, que segundo recomendações de Figueiredo, essas crianças iriam aperfeiçoando o seu intelecto, podendo alcançar ‘mais clareza de engenho’. (FIGUEIRA, 2008, p.35)

Infelizmente, este foi um dos raros investimentos na educação especial que se conseguiu detectar durante todo esse período, pois, em sua maioria, os relatos se referem ao abandono e exclusão de pessoas com e sem deficiência, a exemplo dos realizados nas chamadas “Rodas dos Expostos”³, que funcionaram no Brasil de 1726 à 1950.

Outro fato estarrecedor é que, devido às grandes revoltas engendradas no período de 1830 a 1850, a exemplo da Sabinada e Balaiada, “[...] entristecia ao verificar que milhares de órfãos e filhos de soldados, [...] estavam ao desamparo da proteção do Estado e da Sociedade” (FIGUEIRA, 2008, p. 62). Dessas constatações, foram criados asilos a exemplo do Asilo dos Inválidos da Pátria (1868), para onde eram recolhidas e tratadas pessoas em situações de risco como os mutilados de guerra, os soldados na velhice e os órfãos e filhos de militares.

Assim, no decurso da história, percebe-se que as primeiras iniciativas relacionadas às pessoas com deficiência estavam imbuídas de atitudes assistencialistas de cunho caritativo, predominando a hegemonia médica. O período republicano, na ótica de alguns autores, não inaugura um período mais satisfatório do que o Império, já que há indícios de que “[...] agravou os obstáculos à organização de um sistema geral, repartindo entre a União e os Estados as atribuições na esfera da educação [...]” (AZEVEDO, 1958, p.606). Neste sentido, não foi possível detectar mudanças na forma de conceber a deficiência.

No tocante à educação dessas pessoas, a criação de hospitais, bem como o considerável número de médicos que pesquisaram e publicaram trabalhos científicos sobre essas pessoas no final do século XIX e início do século XX contribuíram para a associação da deficiência à doença, algo ainda fortemente arraigado no cenário educacional até os dias atuais.

Um olhar criterioso sobre a história das pessoas com deficiência nesse contexto permite constatar que, apesar de ter começado a organizar serviços de atendimento a cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos já no século XIX, na política educacional brasileira, a “[...] inclusão da educação de deficientes [...] vem a ocorrer somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta do século XX [...]” (MAZZOTA, 1995, p.27).

Inicialmente nos moldes segregacionistas, a educação especial, mantida por iniciativas oficiais e particulares isoladas, foi instituindo-se através da criação de

³ De origem italiana a Santa Casa de Misericórdia da Bahia foi a primeira instituição a ter uma Roda no Brasil. Em 1726, Salvador tinha em torno de 30.000 habitantes, e o abandono de crianças já se constituía um sério problema.

instituições como o Instituto Benjamim Constant (1854), o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (1857), Instituto de Cegos Padre Chico (1928), Fundação para o Livro do Cego no Brasil (1946), Instituto Santa Terezinha de atendimento a deficientes auditivos (1929), Instituto Educacional São Paulo – IESP (1954), a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1931), Lar-Escola São Francisco (1943), Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro (1948), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Rio de Janeiro (1954) e muitos outros.

Finalmente, a partir do período de 1957 quando foi instituída a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro pelo Decreto Federal nº 42.728, de 03 de dezembro de 1957 (MAZZOTA, 1995, p. 49), instalada no Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, no Rio de Janeiro, objetivando promover medidas necessárias para a educação e assistência em todo o território nacional. A partir daí, delimita-se o início das iniciativas legais de âmbito nacional.

Destaca-se, ainda, que tais medidas aqui enumeradas exemplificam o entendimento da Educação Especial como subsistema à parte da Educação geral, apresentando sempre leis, prerrogativas e instituições com características bem específicas. Assim, poder-se-ia deduzir que as pessoas antes abandonadas nas Rodas dos Expostos passavam a usufruir de alguns benefícios e serviços de caráter segregatório, voltados ao assistencialismo e não a condições de participação no contexto sócio-educacional vigente.

Como se pode constatar, houve uma evolução histórica de um período no qual era considerado normal eliminar as pessoas com deficiência até um período de segregação no qual estas eram isoladas do convívio social. Apenas mais recentemente, na década de 1990, observa-se um movimento mundial pela construção de uma sociedade mais justa, demarcado pela política educacional dos países respaldados pela Declaração Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990) realizada em Jomtiem - Tailândia, que enfatiza a necessidade de destinar atenção especial aos grupos considerados minoritários, entre eles, o grupo das pessoas com deficiência.

De todo esse movimento que anuncia a participação de pessoas com deficiência na sociedade e principalmente a organização de espaços para atendê-las, pretende-se questionar: Qual o lugar ocupado por essas pessoas no contexto atual? Que educação se tem destinado a essas pessoas? O que se pode inferir sobre as contribuições da tão propagada inclusão para essas pessoas? Só então, a partir dessas questões, poder-se-á refletir sobre as formas de entendimento e atendimento à deficiência na atualidade.

UM OLHAR SOBRE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS DIAS ATUAIS... ENFIM, MORRE PROCUSTO?

Muito tem se falado sobre a inclusão sócio-educacional de pessoas com deficiência nos dias atuais. Assim, inicialmente, convém esclarecer que se trata de um equívoco imaginar que a educação inclusiva é estritamente uma “bandeira” da educação especial, pois, como afirma Carvalho:

[...] a proposta da inclusão é muito mais abrangente e significativa do que o simples fazer (de qualquer aluno), sem assegurar e garantir sua ativa participação em todas as atividades do processo ensino-aprendizagem em sala de aula. E mais, trata-se de um equívoco supor que este paradigma foi decorrente das condições da educação escolar do alunado da educação especial apenas. (CARVALHO, 2004, p. 110)

Assim entendida, a inclusão, que diz respeito a todos os grupos minoritários ou vulneráveis como os citados no início deste trabalho, os quais, historicamente, tiveram os seus direitos negados, traz no cerne do seu debate o reconhecimento de que a deficiência, o gênero, a etnia, entre outros, perpassa uma construção sócio-histórico-cultural que define os seus lugares, as suas identidades.

Dessa forma, o discurso tão em voga sobre a educação inclusiva no Brasil, consubstanciado pelas legislações específicas e políticas públicas, tem suscitado discussões no contexto sócio-educacional, trazendo reflexões para as práticas pedagógicas.

Frutos de uma luta originada pelas próprias pessoas com deficiência em busca da garantia do direito de todos à educação, a inclusão sistematizada legalmente por documentos como Declaração de Salamanca (1994), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) e outros, busca oportunizar condições de acesso e permanência de alunos e alunas com deficiência em classes regulares.

Nesse sentido, há implicitamente muitas questões a serem discutidas, como a formação de professores, condições físicas das escolas, o currículo, participação da família e tantas outras relacionadas ao acompanhamento às pessoas com deficiência.

O caráter político da educação tão bem enfatizado, embora sob diferentes perspectivas, por autores do nosso tempo como Paulo Freire e Dermeval Saviani, anuncia a necessidade de rompimento com um modelo de educação que até então não satisfiz às

peças com ou sem deficiência. Para Freire (2005, p.67), “[...] se pretendemos a libertação dos homens não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados [...]”. Nesse sentido, a educação como prática de dominação é amplamente criticada, questionada para a necessidade de concretização de uma prática de transformação social.

O fato é que vítimas de um modelo homogeneizador e homogeneizante que não nos ensinou a lidar com experiências educacionais de transformação de práticas sociais, nem com a heterogeneidade tão presente na constituição humana, adquirimos extremas dificuldades em deslocar o olhar da deficiência para as inúmeras capacidades do ser. Dessa dificuldade aliada à falta de condições para a inclusão de pessoas com deficiência em sistemas de ensino até então incapazes de atender as especificidades de tais pessoas, deduz-se que apesar dos grandes avanços, ainda há muito para fazer a fim de que não contribuamos para uma exclusão perversa tal como fizemos nos primórdios de nossa história.

Já podem ser visualizadas algumas experiências consideradas exitosas na inclusão de pessoas com deficiência em classes regulares, a exemplo das que foram relatadas na Série Experiências Educacionais Inclusivas, nos anos de 2006 e 2008. Tais experiências são resultantes da participação de gestores e educadores de municípios-polo brasileiros no Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade (BRASIL, 2003), responsável por implementar a política de inclusão de pessoas com deficiência em todo o país.

Entretanto, diante da realidade constatada em escolas do Brasil, é possível afirmar que “[...] operacionalizar a inclusão escolar [...] é o grande desafio a ser enfrentado [...]” (RIBEIRO E BAUMEL, 2003, p.150). Em outras palavras, identifica-se um grande avanço nas legislações e proposições relativas à inclusão, porém a forma em como receber e atender as especificidades de alunos com deficiência ainda se constitui um grande caminho a ser percorrido.

Percorridos mais de 500 anos, depois de nosso “descobrimento”, ainda presenciamos atitudes segregatórias e altamente excludentes em nossa realidade social. Configuradas pelas barreiras físicas a exemplo de ruas, lojas, clubes e prédios que não possibilitam o acesso de todas as pessoas e, sobretudo, pelas barreiras atitudinais imbuídas de estereótipos e preconceitos atribuídos às pessoas com deficiência, absolutamente nocivos à constituição do ser humano em sua totalidade, tais atitudes ainda não se configuraram uma garantia de efetivação da tão almejada inclusão.

Todas essas inferências nos trazem a reflexão de que, apesar de morto pelo herói Teseu, o espírito de Procusto ainda circunda as nossas concepções e práticas. Desmistificá-las, redimensioná-las a partir da configuração de novos espaços de aprendizagem sendo benéficos a todos os alunos e não apenas para aqueles que apresentam alguma deficiência é um dos grandes desafios da educação atual.

Portanto, compete-nos avançar na ressignificação da pessoa com deficiência em todo e qualquer espaço social, partindo do princípio de que suas características não deverão mais ser cortadas ou esticadas até chegarem às nossas próprias medidas, mas compreendidas e contempladas num espaço educativo capaz de atender às suas especificidades e, assim, sob o prisma do respeito a todas as pessoas, compor os capítulos de uma nova história.

ABSTRACT

This paper was written after some studies in the subject “Educação Brasileira do Mestrado em Educação/UFPB” (a subject on Brazilian Education for graduate students), in the first semester of 2008, and it aims at some facts of the historical process, which are inherent to special people’s education, and that have taken place in Brazilian contexts, since the 19th century. In the work, it is intended to reflect upon special people and all the activities they develop in the places they live, how other people look at them and how school has accepted them, taking into consideration the aspect of inclusion.

Keywords: Brazilian education. Specialty. Inclusion.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, F. **A educação e seus problemas**. São Paulo: Melhoramentos, 1958.
- BOMFIM, M. **América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- BRASIL. **Experiências educacionais inclusivas: programa educação inclusiva: direito à Diversidade**. ROTH, B.W. (Org.). Brasília: MEC-SEESP, 2008.
- CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FIGUEIRA, E. **Caminhando em silêncio: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil**. São Paulo: Giz, 2008.
- MAZZOTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1995.
- RIBEIRO, M. L. S.; BAUMEL, R. C. R. C. (Orgs.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.
- SENA, C. S. **Interpretações dualistas do Brasil**. Goiânia: Ed. daUFG, 2003.

UNESCO. Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. 1990.